



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2020

Senhores Acionistas,
A Administração da Mineração Usiminas S.A. ("Mineração Usiminas" ou a "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

2020: um ano de desafios

No ano de 2020 a Mineração Usiminas completou 10 anos e foi um ano marcado por mudanças relevantes na sociedade com o agravamento da pandemia desencadeada pela disseminação do novo coronavírus (Covid-19), que tem gerado uma grande volatilidade nos mercados locais e globais. Nesse contexto a Companhia, reagindo de forma eficaz, implantou medidas para prevenir e combater a transmissão da Covid-19, protegendo a saúde e a vida dos colaboradores e ajudando a comunidade em que atua, garantindo a continuidade dos negócios. Em linha com as medidas sanitárias recomendadas pelos órgãos de saúde, as ações implantadas garantiram um baixo índice de transmissão na operação. Com relação à população da região de Itatiaiuçu, a Mineração Usiminas continuou com uma política de permanente comunicação, treinamento e apoio, doando materiais de limpeza, álcool 70% e EPI's para hospitais e prefeituras. A Companhia sempre foi atenta com a segurança da comunidade onde age e seguirá cumprindo tais práticas.

O ano de 2020 apresentou recordes de produção e vendas atingindo os 8,7 milhões de toneladas. O desenvolvimento de relacionamentos comerciais com clientes na China possibilitou o recorde do volume exportado que, pela primeira vez, totalizou 68% do total do volume anual vendido. O aumento do preço do minério de ferro ao longo do ano, junto com a cultura de controle de custos e produtividade, possibilitou um desempenho econômico robusto da Companhia, expressado no seu EBITDA, também recorde de R\$ 2,2 bilhões. Esses melhores resultados permitiram encerrar o ano com uma caixa final de R\$ 2,1 bilhões que será utilizado principalmente em futuros investimentos.

Ambiental, Social e Governança

Desempenho social

• Saúde e segurança

- Ano marcado pela pandemia da Covid-19, que impactou o modo de trabalhar, porém não a nossa produtividade. A Saúde e a Segurança de todos requereu diversas novas ações para enfrentamento da Covid-19, destacando:
 - Criação de Comitê de Crise específico para definição de estratégias e acompanhamento das ações;
 - Aferição de temperatura corporal nas entradas com termômetros infravermelhos e câmeras termográficas;
 - Distribuição de máscaras em tecido numeradas para uso obrigatório por colaboradores próprios e de empresas prestadoras de serviço, com troca a cada três horas ou se suja/úmida e disponibilização de máscaras descartáveis;
 - Ações para evitar o contágio nos ônibus fretados e internos, nos restaurantes, vestiários e banheiros restringindo capacidades e incrementando a higienização;
 - Aumento da higienização dos ambientes, com disponibilização de álcool em gel e aplicação de quaternário de amônio de quinta geração, produto usado em hospitais;
 - Restrições da entrada de visitantes nas minas e exigência de teste prévio com laudo médico;
 - Restrições das viagens a serviço: apenas viagens essenciais, limitação a hotéis credenciados com evidências de implantação de medidas de prevenção e combate à Covid-19, testagem na ida e no retorno da viagem, entrega de kits de máscaras e orientações específicas;
 - Utilizando as regras do Ministério da Saúde foram estabelecidos protocolos de isolamento dos colaboradores (assintomáticos, sintomáticos e Covid-19 positivo);
 - Implantação do regime de teletrabalho (*home office*) para equipes administrativas;
 - Afastamento do trabalho presencial dos colaboradores considerados no grupo de risco para Covid-19;
 - Doação de máscaras cirúrgicas, máscaras N95, álcool em gel e outros itens para o Hospital em Itatiaiuçu;
- Ainda em Segurança, a equipe da Mineração Usiminas reduziu em 29% a taxa total de frequência de acidentes do trabalho em relação ao ano anterior.

• Força de trabalho

Em 2020, a Mineração Usiminas contou com 1.383 colaboradores diretos e 2.002 em empresas prestadoras de serviços. Assim, em 2020, 270 novos colaboradores vieram integrar o time, muitos oriundos dos programas de entrada na empresa, como Aprendizes e Estagiários.

Mesmo com o impacto da pandemia da Covid-19, seguindo todos os protocolos de biossegurança, foram realizadas ações de capacitação e desenvolvimento que somaram aproximadamente 60 horas por colaborador no ano. E o Programa de Participação nos Lucros e Resultados alcançou 98% do máximo previsto nas metas.

Comunidade e meio ambiente

• Ações para as Comunidades

Mesmo com todas as adversidades causadas pela pandemia da Covid-19, a Companhia manteve seu compromisso de fortalecimento e apoio às cidades no entorno de suas jazidas, na região de Serra Azul, construindo novas parcerias por meio de ações e projetos que contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Desde o início da pandemia, a Mineração Usiminas investiu na confecção de máscaras de TNT pela Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Itatiaiuçu (Acirpa). Estes equipamentos vêm sendo distribuídos entre colaboradores e instituições. A Companhia também entregou aos 450 caminhoneiros prestadores de serviço, em abril e maio, kits de alimentos e produtos de higiene para minimizar as dificuldades geradas pelas restrições de funcionamento do comércio no período.

• Água

Quanto às questões hídricas, a Mineração Usiminas mantém a taxa de recirculação próxima de 93% para toda a água consumida no processo de beneficiamento do minério e a Companhia, aproximadamente, 40 (quarenta) pontos de monitoramento de qualidade da água espalhados por todo o complexo minerário, analisando os mais variados parâmetros físico-químicos.

• Sistema de reaproveitamento e filtragem

Com relação ao reaproveitamento dos rejeitos de minério no processo produtivo provenientes da Barragem Central e tratados na ITM Flotação, iniciado em 2014, fechou o ano de 2020 com movimentação recorde, mais de 5 milhões de toneladas no ano, contribuindo com a descaracterização da estrutura e recuperação de área, além de fazer parte de uma produção responsável, gera segurança, empregos e resultado financeiro. A Companhia continua trabalhando para o fim da utilização de barragens. No ano de 2020, foi obtida a licença para instalação e operação do sistema de empilhamento a seco (*Dry Stacking*).

O processo de descaracterização da Barragem SOMISA, foi aprovado e totalmente finalizado em janeiro/2021, deixando de possuir características ou de exercer a função de barragem.

Além disso, houve um avanço para a descaracterização da Barragem Central. A descaracterização faz parte de um plano de tornar sustentáveis as operações, e dar aos trabalhadores e aos moradores da região uma tranquilidade ainda maior. A terceira e última estrutura do complexo é a Samambaia, barragem ateadá à jusante e embora não tenha demanda legal para isso, também será descaracterizada.

As ações acima reafirmam a preocupação da Mineração Usiminas com as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável, encorajando uma postura proativa em benefício do desenvolvimento e a aplicação de tecnologias mais seguras e eficientes no consumo de energia, de recursos naturais e de outros materiais, oferecendo condições diferenciadas às partes interessadas da região do empreendimento.

• Fauna

E ainda no quesito proteção a fauna local, a Mineração Usiminas monitora a comunidade de mamíferos carnívoros (onça-parda, lobo-guará e jaguatirica) desde outubro de 2020, quando recebeu autorização, do órgão ambiental, para realização deste trabalho. O objetivo é pesquisar, entender o comportamento e conservar essas espécies em seu habitat natural. Este monitoramento, é feito por meio de colares de GPS colocados nos animais. Ao acompanhar os animais, é possível ter informações ecológicas e comportamentais das espécies. Biólogos e veterinários participam de todo o monitoramento, que utiliza metodologias que garantem o conforto e preservam a saúde dos animais. Os colares utilizados serão removidos na finalização da pesquisa.

Governança

• Administração

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração conta com seis membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne ordinariamente quatro vezes por ano, e extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses sociais ou conforme calendário previamente estabelecido.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta atualmente por dois membros estatutários, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro.

Adicionalmente a Companhia conta com quatro gerentes gerais que atuam nas áreas de desenvolvimento, comercial, sustentabilidade e operações.

Inovação

A área de Inovação tem como missão aproximar os ecossistemas de inovação e implantar tecnologias emergentes que permitam digitalizar processos, modernizar equipamentos, desenvolver produtos inovadores, ampliar as práticas de segurança e, principalmente, criar uma cultura de experimentação que permita a todos os colaboradores inovar e gerar resultados para a companhia.

Dentre as principais ações de Inovação, destaca-se a criação da plataforma inovaAI. A plataforma é constituída por 4 pilares (desafios, parcerias, programa de ideias e eventos).

Além disso, temos a criação do Grupo de Trabalho – Mineração 4.0, grupo este que visa promover um olhar crítico para dentro das nossas operações e com uma visão clara das tendências tecnológicas do Setor Mineral, trazer para as nossas práticas, ações que possam nos colocar em uma posição de vanguarda dentro da mineração brasileira / mundial, em termos de sustentabilidade, produtividade e eficiência.

Os índices positivos são resultado do constante incentivo da Mineração Usiminas para que seus empregados inovem, desenvolvendo internamente novas tecnologias e aperfeiçoando aquelas que foram adquiridas. Além disso, são gerados novos negócios, seja por meio do licenciamento de patentes à outras empresas ou da assistência técnica prestada à terceiros para a transferência da tecnologia desenvolvida.

Integridade

Em 2020 a Companhia, em linha com o cooperativo, avançou ainda mais em seu Programa de Integridade, especialmente no que diz respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), tendo executado adequações em seus processos internos para atendimento à referida legislação, bem como realizando ações de conscientização voltadas aos colaboradores. A Companhia promoveu, ainda, atualização dos contratos com fornecedores e prestadores de serviços e passou a utilizar ferramentas específicas para a proteção de dados em geral.

Conjuntura Econômica

Para o ano de 2020 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve retração de 4,1%, segundo dado divulgado pelo IBGE em março de 2021. Este resultado interrompe três anos seguidos de crescimento, essa redução foi influenciada pela pandemia da Covid-19 que afetou diversas atividades da economia. Para 2021, a expectativa é de um crescimento de 3,3%, conforme Relatório Focus emitido pelo Banco Central do Brasil, divulgado também em março de 2021.

Em relação ao mercado de minério de ferro, o ano de 2020 foi marcado por uma alta nos preços, devido a uma forte demanda da indústria chinesa e uma oferta limitada de minério brasileiro. O preço de venda (referência Platts IODEX 62%), apresentou a maior alta dos últimos anos, chegando em US\$ 176,9/t. O valor médio registrado em 2020 foi de US\$ 106,7/t, 16% acima dos US\$ 93,4/t de 2019.



Adicionalmente, em 2020 houve uma desvalorização do real em relação ao dólar americano, que contribuiu na melhoria dos resultados. Comparando o Ptax do último dia útil dos anos de 2019 (R\$ 4,03/US\$) e 2020 (R\$ 5,20/US\$), o dólar valorizou 29% frente ao real ano contra ano, atingindo seu ápice no dia 14 de maio de 2020 no valor de R\$ 5,94/US\$.



Ambos os fatores impactam positivamente a receita da Companhia.

Destaques do desempenho da companhia

EBITDA

R\$ 2,2 Bi +197%

O EBITDA ajustado foi de R\$ 2,2 bilhões, ficando 196,7% acima dos R\$ 740 milhões de 2019, principalmente devido aos maiores preços realizados, maiores volumes de vendas e pelo impacto positivo da variação cambial, parcialmente compensados por maiores custos, em função do volume produzido.

Vendas

8,7 Mt +0,8%

A Companhia registrou recordes anuais de volume de produção e volume de vendas. O volume de vendas de minério de ferro foi de 8,7 Mt em 2020, comparado com 8,6 Mt em 2019.

Produção

8,7 Mt +18%

A produção anual de minério de ferro atingiu 8,7 Mt, 18,2% acima da produção de 2019. Vale ressaltar que houve produção recorde de Pellet Feed, produto destinado para a exportação.

Caixa Líquido

R\$ 2,1 Bi +163%

Os investimentos totalizaram R\$ 209 milhões (CAPEX) em 2020 e o caixa líquido da Companhia atingiu R\$ 2,1 bilhões no final do período (R\$ 813 milhões em 2019).

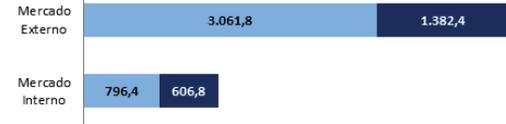
Desempenho operacional e econômico financeiro

R\$ Milhões	2020	2019	Var. 2020/2019
Volume de vendas (mil t)	8.683	8.616	+0,8%
Receita Líquida	3.858	1.989	+94%
CPV	(1.480)	(1.143)	+30%
Lucro (prejuízo) Bruto	2.378	847	+181%
Lucro (prejuízo) Líquido	1.940	488	+298%
EBITDA ajustado	2.198	740	+197%
Margem EBITDA	57%	37%	+20p.p.
Investimentos	(209)	(131)	+60%
Caixa	2.135	813	+163%

Receita Líquida

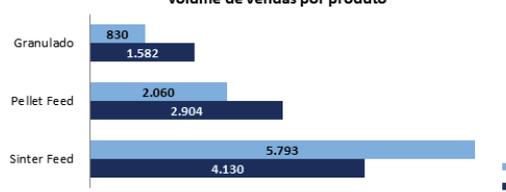
No ano de 2020, a receita líquida foi de R\$ 3.858 milhões contra R\$ 1.989 milhões em 2019, uma elevação de 94%.

R\$ Milhões Participação de cada mercado na receita



A receita líquida aumentou com relação a 2019, em função dos maiores preços praticados, desvalorização do real e maior volume de vendas, decorrente do aumento das exportações de minério de ferro.

Kt Volume de vendas por produto



Custos dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 1,5 bilhão um aumento de 29,5% com relação a 2019 (R\$ 1,1 bilhão). Esse aumento acompanhou o maior volume de vendas das exportações realizadas na condição CFR (*Cost and Freight*). Em termos unitários, o CPV/t foi de R\$ 170,4/t, 28,5% superior ao ano de 2019, quando o CPV/t foi de R\$ 132,6/t. O aumento unitário deve-se à maior participação das exportações em condição CFR e maiores custos atrelados ao dólar.

Despesas de vendas, gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 222 milhões em 2020, aumentando R\$ 77 milhões em relação a 2019. As despesas com vendas foram de R\$ 195 milhões em 2020 contra R\$ 121 milhões em 2019, aumento devido ao maior volume de vendas que impactou o custo de distribuição, principalmente as exportações. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 2 milhões, principalmente em função de maiores gastos com serviços de terceiros e com comunicação.

Outras receitas e despesas operacionais

As demais despesas e receitas operacionais foram de R\$ 528 milhões positivos em 2020, período que foi favorecido pela reversão de *impairment* sobre os ativos não financeiros, contra R\$ 100 milhões negativos em 2019. Excluindo este conceito, as despesas ficaram maiores em R\$ 3 milhões devido a gastos com ações contra a Covid-19.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi de R\$ 66,0 milhões positivos, contra R\$ 3,9 milhões positivos em 2019, um aumento de R\$ 62,2 milhões, principalmente devido a:

- Maior valor reconhecido de variação cambial em R\$ 57,6 milhões. Em 2020 a Companhia registrou um saldo de R\$ 63,9 milhões positivos (2019: R\$ 6,3 milhões positivos). Em 2020 a variação do dólar frente ao real foi de 28,9%, contra 4,04% em 2019;
- Menor valor reconhecido como juros relativos ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$ 6,5 milhões. Em 2020 tal evento totalizou R\$ 8,5 milhões (2019: R\$ 15,0 milhões);
- Diminuição da correção monetária sobre provisões para demandas judiciais em R\$ 16,2 milhões, totalizando R\$ 2,1 milhões negativos em 2020 (2019: R\$ 18,3 milhões negativos).

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas em 2020 foi de R\$ 49 milhões, contra R\$ 53 milhões em 2019, principalmente decorrente de um pior resultado da MRS Logística afetada pela pandemia de Covid-19. A Companhia detém 83,3% da UPL (Usiminas Participações e Logísticas), empresa que possui 11,13% do capital da MRS Logística.

EBITDA ajustado

R\$ Mil	2020	2019
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	1.947.452	497.234
Imposto de renda / Contribuição Social	860.835	171.709
Resultado Financeiro	(66.511)	(4.443)
Depreciação e amortização	142.122	133.403
EBITDA - Instrução CVM 527	2.883.898	797.903
Participação no resultado controladas em conjunto	(55.668)	(60.511)
Impairment direito minerário	(630.976)	3.068
EBITDA Ajustado	2.197.254	740.460

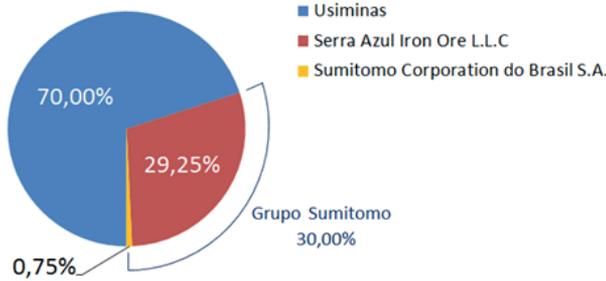
O EBITDA ajustado considera a participação proporcional de 50% da Modal, empresa controlada em conjunto, dedicada a operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério, produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas. O EBITDA ajustado foi de R\$ 2,2 bilhões no ano de 2020, superior em 196,7% ao ano de 2019.

Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 1.940 milhões em 2020, aumentando em R\$ 1.452 milhões quando comparado com 2019 (R\$ 488 milhões). Houve ajuste de impairment em 2020 que geraram um ganho não-caixa de R\$ 631 milhões devido à valorização do ativo da Mineração Usiminas, principalmente com a perspectiva do dólar mais valorizado frente ao real no longo prazo e, em menor grau, a curva futura mais apreciada do minério de ferro, contra perdas de R\$ 3,1 milhões em 2019.

Composição acionária

O capital social da Companhia é de R\$ 1.984.219.480,44, representado por 2.811.607.351 ações ordinárias e nominativas. A Companhia é controlada pela Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas ("Usiminas") que detém 70% do capital. O restante, 30% é detido pelo Grupo Sumitomo, por meio das empresas Serra Azul e Sumitomo Corporation.



Investimentos

Os investimentos em 2020 alcançaram R\$ 209 milhões, sendo os principais investimentos em *sustaining*, projeto de desaguamento, peneiramento de alta frequência e sobressalente. Houve um aumento de 61% em comparação a 2019, quando o investimento totalizou R\$ 131 milhões.

Buscando sempre qualidade e inovação, a Mineração Usiminas até o final de 2020 investiu R\$ 21 milhões na planta de Peneiramento de Alta Frequência (Imagem 1). Este projeto reforça a competitividade da Mineração Usiminas com produtos de altíssima qualidade, ampliando as possibilidades comerciais da empresa.

Dentre os investimentos realizados se destaca o processo para desaguamento e empilhamento de rejeitos (*Dry Stacking*), (Imagem 2) que até dezembro de 2020 foi investido R\$ 69 milhões. Este projeto permite a filtração e reutilização da água do rejeito, reduzindo a dependência do uso de barragem. Esse processo começará a ser utilizado pela Mineração Usiminas em 2021 e tem como propósito substituir o descarte convencional na barragem Samambaia (barragem à jusante), promovendo um menor impacto ambiental e com ganhos de segurança para toda a comunidade.



Imagem 1 – Peneiramento de alta frequência



Imagem 2 – Dry Stacking (desaguamento)

Remuneração da administração estatutária

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que engloba a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração da Companhia, está demonstrada a seguir:

	2020 R\$ Mil	2019 R\$ Mil
Honorários	3.529	4.318
Encargos Sociais	798	754
Total	4.327	5.072

Auditoria Interna

A estrutura de governança da Companhia conta com Auditoria Interna, contratada da empresa controladora cuja missão é de monitorar as boas práticas de governança avaliando o sistema de controles internos e a gestão de riscos da Companhia. Política com relação aos auditores independentes: A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos que estabelecem que o auditor: (a) não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) não deve promover os interesses de seus clientes. A PricewaterhouseCoopers foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2020, cujos honorários foram de R\$ 255,9 mil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.280.552	161.095	Circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	854.273	651.823	Fornecedores	20	210.160	167.651
Contas a receber de clientes	10	881.767	395.774	Empréstimos e financiamentos	21	-	1.172
Estoques	11	108.613	95.206	Salários e encargos sociais		25.480	23.032
Impostos a recuperar	12	30.612	63.701	Tributos a recolher		41.861	14.720
Dividendos a receber		9.130	11.023	Imposto de renda e contribuição social	14	436.722	14.953
Contas correntes devedoras		2.042	1.556	Dividendos a pagar	32	486.277	29.495
Demais contas a receber		4.069	2.109	Passivos de arrendamento	23	18.805	19.086
Total do ativo circulante		3.171.058	1.382.287	Demais contas a pagar		42.019	18.086
Não circulante				Total do passivo circulante		1.261.324	288.515
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	619.917	850.064	Empréstimos e financiamentos	21	-	487
Depósitos judiciais	15	71.055	42.277	Passivos de arrendamento	23	32.030	50.455
Estoques	11	-	1.642	Obrigação para recuperação ambiental	24	230.002	231.591
Adiantamentos contratuais	13	97.267	46.124	Provisão para demandas judiciais	25	10.073	11.125
Demais contas a receber		-	300	Valores a pagar a empresas ligadas	32	80.042	121.838
Total do ativo não circulante		788.239	940.407	Demais contas a pagar		8.267	4.312
Total do ativo		6.946.332	4.607.211	Total do passivo não circulante		360.414	419.808
				Total do passivo		1.621.738	708.323
				Patrimônio líquido	26		
				Capital social		1.984.219	1.984.219
				Reservas de capital		1.210.322	1.210.322
				Reservas de lucro		2.133.132	705.818
				Ajuste de avaliação patrimonial		(3.079)	(1.471)
				Total do patrimônio líquido		5.324.594	3.898.888
				Total do passivo e do patrimônio líquido		6.946.332	4.607.211

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Em milhares de reais

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Exercícios findos em			
Receita líquida	27	3.858.188	1.989.159
Custo das vendas	28	(1.480.012)	(1.142.610)
Lucro (prejuízo) bruto		2.378.176	846.549
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	30	(194.910)	(120.639)
Despesas gerais e administrativas	30	(26.718)	(24.340)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	527.879	(99.698)
Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas	16	49.375	53.142
		355.626	(191.535)
Lucro (prejuízo) operacional		2.733.802	655.014
Resultado financeiro	31	66.084	3.854
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		2.799.886	658.868
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	14	(860.142)	(170.939)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.939.744	487.929

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de reais

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Exercícios findos em			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.939.744	487.929
Outros componentes do resultado abrangente			
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria		(1.608)	(2.252)
Total de outros componentes do resultado abrangente		(1.608)	(2.252)
Total do resultado abrangente do exercício		1.938.136	485.677

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 14. As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018	1.984.219	1.210.322	424.419	781	3.619.741
Resultado abrangente do período	-	-	-	487.929	487.929
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	(2.252)	(2.252)
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	(1.608)	(1.608)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(2.252)	(2.252)
Constituição de reservas	-	-	-	(349.626)	(349.626)
Dividendos e juros sobre capital próprio 2019	-	-	-	(138.303)	(206.530)
Em 31 de dezembro de 2019	1.984.219	1.210.322	705.818	(1.471)	3.898.888
Resultado abrangente do período	-	-	-	1.939.744	1.939.744
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	(1.608)	(1.608)
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	(1.608)	(1.608)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	1.939.744	1.938.136
Constituição de reservas	-	-	1.427.314	(512.430)	(512.430)
Dividendos e juros sobre capital próprio 2020	-	-	-	(512.430)	(512.430)
Em 31 de dezembro de 2020	1.984.219	1.210.322	2.133.132	(3.079)	5.324.594

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mineração Usiminas S.A. ("Mineração Usiminas"; ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, cujos acionistas são a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("Usiminas") com participação de 70% do capital social e o Grupo Sumitomo, com 30% de participação do capital social, por meio das suas controladas, Serra Azul Iron Ore L.L.C. ("Serra Azul") e Sumitomo Corporation do Brasil S.A. ("Sumitomo").

A Companhia e suas empresas controladas em conjunto e coligadas, tem como principais atividades a exploração de jazidas minerais e comercialização de minério de ferro, transporte ferroviário, logística e operação de terminais de cargas. Atualmente, possui instalações de tratamento de minério de ferro, nas cidades de Itaiaciú e Mateus Leme, Estado de Minas Gerais, com capacidade anual de produção de 12 milhões (não auditado) de toneladas.

A maior parte de sua produção é destinada ao mercado externo e ao consumo da sua controladora Usiminas.

A Companhia mantém participação, direta ou indireta, nas empresas controladas em conjunto e coligadas a seguir:

(a) Empresa controlada em conjunto

Empresa	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/ MG	Operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério de ferro e produtos siderúrgicos, além de transporte rodoviário de cargas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Exercícios findos em			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.939.744	487.929
Ajustes para conciliar o resultado			
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		34.165	43.923
Despesas de juros		(3.015)	(1.636)
Depreciação, amortização e exaustão	28	142.030	133.316
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento		(917)	(708)
Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas	16	(49.375)	(53.142)
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)		(630.976)	3.068
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	230.991	43.157
Constituição (reversão) de provisões		618.838	137.720
(Acréscimo) decréscimo de ativos			
Contas a receber de clientes		(485.993)	(264.261)
Estoques		(62.908)	31.088
Impostos a recuperar		2.520	(32.822)
Depósitos judiciais		(28.677)	(35.380)
Outros		(35.066)	(13.908)
Acréscimo (decréscimo) de passivos			
Fornecedores		(20.584)	17.994
Tributos a recolher		65.931	34.534
Outros		179.427	(17.809)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(185.703)	(83.417)
Juros pagos		(10)	(182)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		1.710.422	429.464
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Títulos e Valores mobiliários		(202.450)	(74.300)
Compras de imobilizado	17	(207.701)	(120.712)
Valor recebido pela venda de imobilizado		1.212	909
Compras de intangível	18	(1.114)	(1.342)
Redução de capital em subsidiária		(22)	(26)
Dividendos recebidos		31.774	25.962
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		(378.301)	(169.509)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(1.654)	(1.840)
Liquidação de operações de <i>hedge</i>		(180.719)	(5.863)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(30.291)	(245.263)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		(212.664)	(252.966)
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		1.119.457	6.989
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		161.095	154.106
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.280.552	161.095
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		1.119.457	6.989

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(b) Empresas coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Usiminas Participações e Logística S.A.	83,30	49,90	Belo Horizonte/MG	Investimento na MRS Logística S.A. da qual possui 11,13% do capital social e integra o grupo de controle (i).
Terminal de Cargas de Paraopeba Ltda.	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) MRS Logística S.A. é uma empresa de logística que administra uma malha ferroviária de 1.643 km de extensão nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Aproximadamente um terço de toda a carga transportada por trens no Brasil é realizada pela MRS.

(c) Disseminação do novo coronavírus (COVID-19)

Desde o início do ano de 2020, o Brasil e o mundo vêm atravessando uma grave crise de saúde com a pandemia desencadeada pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19), que tem causado diversos e significativos impactos sobre a atividade econômica e a sociedade em geral.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tomou várias medidas para monitorar e prevenir os efeitos da COVID-19 e garantir a continuidade de seus negócios. Dentre as medidas de saúde e segurança, destaca-se o mapeamento de todos os empregados em condições crônicas de vulnerabilidade (grupo de risco), fornecimento de máscaras para todos os colaboradores, disponibilização do álcool em gel em todas as dependências da empresa e, ainda, divulgação de comunicados internos com medidas de prevenção com o intuito de reforçar os protocolos de higiene recomendados pelas autoridades competentes. A Administração da Companhia também vem monitorando a carteira de recebíveis, principalmente em relação a eventuais atrasos, aumento da inadimplência e alongamento dos prazos de recebimento. Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram

identificados impactos decorrentes da COVID-19 nesses recebíveis. A análise de vencimentos das contas a receber, bem como a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, estão demonstradas na Nota 10.

Em relação ao *impairment* de ativos não financeiros, a Companhia realizou testes de recuperabilidade, considerando diferentes cenários em suas projeções, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas no período, conforme divulgado na Nota 19.

2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2021.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional e ainda considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos, quando houver) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – "IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

Políticas contábeis de transações consideradas materiais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns a coligadas e controladas em conjunto.

3.3.1. Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:

- coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e
- controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Os exercícios sociais das controladas em conjunto e das coligadas são coincidentes com os da Companhia. Contudo, exceto para as coligadas Terminal de Cargas Sarzedo Ltda. e Terminal de Cargas de Paraopeba Ltda. e para a controlada em conjunto Modal Terminal de Granéis Ltda., a Companhia utiliza, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18 (R2) e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2020.

A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mudanças das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

As políticas contábeis das coligadas e das controladas em conjunto são ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.3.2. Conversão de transação e saldos em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.3.3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até um ano, cujo objetivo da Administração não é atender compromissos de curto prazo.

3.3.4. Ativos financeiros

(a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaçamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

(c) Valor recuperável (impairment) de ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no fim de cada período, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- os direitos de receber os fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repassar"; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transfere e não retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa proveniente de um ativo ou executa um acordo de repasse e não o transfere ou o retém substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.3.5. Passivos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as suas eventuais mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

(b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

(c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são compostos de juros, além de outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

(d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(e) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.3.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor.

3.3.7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

3.3.8. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desses componentes. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. Os gastos com engenharia, pesquisas, estudos e exploração são contabilizados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica de um determinado projeto, a partir de então, os gastos incorridos são contabilizados como ativo imobilizado. A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Exceção se aplica aos custos para desativação de minas (obrigações para recuperação ambiental), cujos critérios estão descritos nas Notas 3.3.13 e 17.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, durante o exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.

A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.

3.3.9. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídas na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

3.3.10. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos

as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor de aquisição e deduzidos com base na exaustão das reservas minerais. Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das reservas minerais.

(c) Programas de computador (softwares)

As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.3.11. Valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.3.12. Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.3.13. Obrigação para recuperação ambiental

A obrigação de gastos para recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos e leva em conta as estimativas da Administração.

Os gastos são mensurados pelo valor presente que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia reconhece uma obrigação referente aos custos esperados para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados no período em que elas ocorrerem, trazido ao valor presente. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

3.3.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.3.15. Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de previdência complementar, os quais são administrados pela Previdência Usiminas, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Atualmente, o único Plano aberto oferecido aos empregados da Companhia para novas adesões é o plano denominado USIPREV, classificado na modalidade de Contribuição Variável (CV). Entretanto, o participante inscrito no plano até 13 de abril de 2011, denominado Participante Fundador, poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos na modalidade de Benefício Definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

A Companhia registra as obrigações de acordo com a legislação vigente, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de 1 ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros e resultados

A Companhia provisiona a participação de empregados nos lucros e resultados, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

3.3.16. Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contra-prestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança.

As vendas de produtos da Companhia se referem, basicamente, a minério de ferro na forma de *sinter feed*, *pellet feed* e granulados. A Companhia reconhece a receita na data em que o produto é entregue ao comprador em conformidade à condição contratual. Em certos casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda e ajustado subsequente conforme os movimentos dos preços cotados de mercado até a data da fixação do preço final.

3.3.17. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Compreendem basicamente os rendimentos de aplicações financeiras, efeitos monetários, juros, deságio e cessão de crédito.

3.3.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de Acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.3.19. Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

Reforma da IBOR/LIBOR - IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7	Reforma do <i>benchmark</i> da taxa de juros (Fase 1) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS16 – Reforma do <i>benchmark</i> da taxa de juros (Fase 2).
IFRS 17	Contratos de Seguros
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura

A Companhia não espera que a adoção dessas normas tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4.1. Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujos indexadores contratados são CDI e T.J.P. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro (Nota 31).

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa exercida pela Companhia sobre seus investimentos.

4.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

(a) Valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 19).

(b) Imposto de renda e contribuição social e outros créditos tributários

A Administração revisa regularmente os tributos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica (Nota 14 (b)).

(c) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto. A Companhia apura a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam em condições atuais do mercado.

(d) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 25, a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos da Companhia.

(e) Obrigação para recuperação ambiental

A Companhia provisiona os custos esperados para a desativação futura das suas operações e a reparação ambiental das áreas impactadas por sua atividade. A determinação do valor da provisão é realizada considerando levantamento técnico especializado. No reconhecimento da provisão, os custos estimados são capitalizados no ativo imobilizado e depreciados pela vida útil dos ativos minerários correspondentes, gerando uma despesa que é reconhecida no resultado do exercício. No ano de 2020, foi considerada a taxa de 7,12% a.a., para correção do saldo da provisão para recuperação ambiental.

(f) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros da Companhia ou consultores externos, que são revisados anualmente.

(g) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento, principalmente de veículos utilizados no transporte interno nas minas. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. As contras de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os passivos de arrendamento tem sua forma de mensuração e estimativas relatadas na Nota 23.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo do prazo do contrato pelo método linear. A movimentação dos ativos de direito de uso está demonstrada na Nota 17.

5. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia possui um programa de gestão de riscos financeiros que visa reduzir seus impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros e fluxo de caixa. O referido programa foi elaborado em consonância com a política financeira da sua controladora Usiminas. A Administração da Companhia avalia, acompanha e adota, quando necessário, medidas para mitigar esses riscos, inclusive contratando instrumentos financeiros derivativos para esse fim.

5.1. Fatores de risco financeiro

A Mineração Usiminas, em conformidade com suas atividades, está exposta diversos riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juros, risco de valor justo, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração da Companhia estabelece normas e políticas para a gestão desses riscos, principalmente, por meio do uso de instrumentos financeiros e de investimentos de caixa.

5.2. Política de utilização dos instrumentos financeiros

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem os objetivos de: (i) manter a liquidez desejada; (ii) definir nível de concentração de suas operações e; (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro.

A Administração da Mineração Usiminas monitora os riscos aos quais está exposta e avalia a necessidade da contratação de operações de derivativos visando minimizar os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros e para reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa causado principalmente pela exposição cambial e pelos efeitos do preço de minério de ferro.

5.3. Política de gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre, substancialmente, da relação com instituições financeiras nas quais a Companhia mantém recursos financeiros, de empresas abertas, cujos títulos e papéis são adquiridos, bem como pela exposição ao crédito a clientes.

Como forma de mitigar o risco de crédito, no que diz respeito ao caixa e equivalentes de caixa, a Mineração Usiminas relaciona-se, exclusivamente, com instituições financeiras de primeira linha.

Quando às aplicações financeiras, são negociados somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais, além de obedecerem a outros critérios, como patrimônio líquido e concentração de caixa por instituição.

A política de vendas da Mineração Usiminas procura minimizar os eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. As áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o desempenho dos clientes, que são selecionados de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento, além de demais avaliações do balanço patrimonial.

(b) Risco de liquidez

A política responsável pela gestão de ativos e passivos financeiros envolve análise das contrapartes da Mineração Usiminas por meio da avaliação das demonstrações financeiras, do patrimônio líquido e do *rating*. Esse controle visa assegurar à Companhia a liquidez desejada, definir nível de concentração de suas operações, além de controlar o grau de exposição aos riscos do mercado financeiro, pulverizando assim o risco de liquidez. A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Mineração Usiminas. Quando necessário, a previsão do fluxo de caixa é revisada e atualizada.

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa mantido pela Mineração Usiminas e gerenciado pela Administração da Companhia estava investido em certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações em compromissadas.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros da Mineração Usiminas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela a seguir referem-se aos fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	194.483	-	94.639	-
Valores a pagar a empresas ligadas	15.677	-	-	31.546
Passivos de arrendamento	18.805	16.177	15.853	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	124.785	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.245	422	83	-
Valores a pagar a empresas ligadas	42.866	31.546	94.638	63.093
Passivos de arrendamento	19.406	18.586	31.869	-

(c) Risco cambial

(i) Exposição em moeda estrangeira

A Mineração Usiminas atua internacionalmente e, portanto, está exposta ao risco cambial de moedas estrangeiras, substancialmente em relação ao dólar dos Estados Unidos da América. A seguir, está demonstrada a exposição líquida ativa em moeda estrangeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa	227.103	79.532
Contas a receber de clientes	591.223	219.086
	818.326	298.618
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(10.780)	(12.898)
Exposição líquida	807.546	285.720

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A análise a seguir estima o impacto negativo sobre o resultado financeiro futuro da Companhia da eventual variação desfavorável da taxa de câmbio do real frente ao dólar norte-americano (R\$/US\$). Para tanto, considerando a exposição líquida ativa do patrimônio em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários de análise. O cenário I considera de 5% do valor da taxa de câmbio (R\$/US\$) vigente em 31 de dezembro de 2020. Os cenários II e III consideram uma redução de 25% e de 50%, respectivamente da mesma variável. A análise de sensibilidade do dólar norte-americano (USD) com base nos seus respectivos cenários está demonstrada a seguir:

Moeda	Taxa de câmbio no fim do exercício	31/12/2020		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
US\$	5,1967	4,9369	3,8975	2,5984

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Moeda	31/12/2020		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
US\$	(40.372)	(201.890)	(403.765)

(d) Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras em real (R\$) indexadas à variação de taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e aplicações à taxa fixa em dólar norte-americano no exterior. A exposição líquida à variação de taxa de juros é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos em CDI		
Caixa e equivalentes	1.052.310	81.022
Títulos e valores mobiliários	854.273	651.823
Exposição líquida	1.906.583	732.845

(i) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A análise a seguir estima o impacto negativo sobre o resultado financeiro futuro da Companhia da eventual variação desfavorável da taxa de juros indexada à taxa do CDI. Para tanto, considerando a exposição líquida ativa do patrimônio à variação na taxa de juros indexada ao CDI, em 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários de análise. O cenário I considera redução de 5% do valor da taxa de juros de 31 de dezembro de 2020. Os cenários II e III consideram redução de 25% e de 50% respectivamente da mesma variável. A análise de sensibilidade de variação dos juros com base nos seus respectivos cenários está demonstrada a seguir:

Indexador	Taxa de juros no fim do exercício	31/12/2020		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	1,9%	1,8%	1,4%	1,0%

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

Indexador	31/12/2020		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	(1.907)	(9.533)	(17.159)

5.4. Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia visa estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade do negócio, bem como oferecer o retorno esperado aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui passivos financeiros relevantes, além de possuir um importante nível de caixa, o qual poderá ser utilizado em projetos futuros.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa em operação de *hedge* de preço de minério de ferro e de câmbio com o objetivo de proteger a sua posição patrimonial e o seu fluxo de caixa. Para isso, a Administração de Companhia analisa os preços futuros do minério e o valor futuro da taxa de câmbio (R\$/US\$) para decidir sobre a contratação de coberturas financeiras.

A Companhia não realiza operações de derivativos com fins especulativos, nem líquida ou realiza pagamentos das suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais.

No ano de 2020 foram realizadas operações de *hedge* de preço de minério de ferro, cujo resultado totalizou perda de R\$182.841. As operações de *hedge* a seguir apresentadas foram liquidadas até 31 de dezembro de 2020.

Instituição Financeira	Faixa vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nominal)				VALOR JUSTO (Mercado - Contábil)		Resultado do período
		Posição ativa	Posição passiva	31/12/20		31/12/19		31/12/20	31/12/19	31/12/20
				Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva			
PROTEÇÃO DE PREÇO DE COMMODITIES										
Banco ABC Brasil	05/20	Minério FWD USD 90,50	Minério Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	1.814
Banco ABC Brasil	05/20	Minério FWD USD 90,70	Minério Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	1.868
Banco ABC Brasil	05/20	Minério FWD USD 90,90	Minério Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	1.923
Banco ABC Brasil	05/20	Minério FWD USD 86,04	Minério Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	1.797
Banco ABC Brasil	06/20	Minério FWD USD 81,63	Minério Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	(17.601)
Banco ABC Brasil	07/20	Minério FWD USD 85,00	Minério Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	(390)
Banco ABC Brasil	07/20	Minério FWD USD 85,06	Minério Fut_J20_SGX	-	-	-	-	-	-	(14.190)
Banco ABC Brasil	08/20	Minério FWD USD 77,24	Minério Fut_N20_SGX	-	-	-	-	-	-	(28.057)
Banco ABC Brasil	09/20	Minério FWD USD 75,98	Minério Fut_Q20_SGX	-	-	-	-	-	-	(31.818)
Banco ABC Brasil	09/20	Minério FWD USD 93,25	Minério Fut_Q20_SGX	-	-	-	-	-	-	(48.033)
Banco ABC Brasil	09/20	Minério FWD USD 97,57	Minério Fut_Q20_SGX	-	-	-	-	-	-	(23.204)
Banco ABC Brasil	10/20	Minério FWD USD 95,35	Minério Fut_U20_SGX	-	-	-	-	-	-	(24.169)
Banco ABC Brasil	10/20	Minério FWD USD 104,16	Minério Fut_U20_SGX	-	-	-	-	-	-	(2.566)
Banco ABC Brasil	10/20	Minério FWD USD 104,89	Minério Fut_U20_SGX	-	-	-	-	-	-	(215)
										Receita de exportação no período
										(182.841)
										Saldo contábil (posição ativa líquida da posição passiva)
										(182.841)

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA E VALOR JUSTO

	31/12/2020		31/12/2019			
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.280.552	-	1.280.552	161.095	-	161.095
Títulos e valores mobiliários	-	854.273	854.273	-	651.823	651.823
Contas a receber de clientes	881.767	-	881.767	395.774	-	395.774
Demais instrumentos financeiros ativos	5.431	-	5.431	3.573	-	3.573
	2.167.750	854.273	3.022.023	560.442	651.823	1.212.265

Passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	-	1.659
Fornecedores	210.160	167.651
Passivos de arrendamento	50.835	69.861
Valores a pagar a empresas ligadas	80.042	121.838
	341.037	361.009

O valor justo dos instrumentos financeiros é classificado em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (*inputs* não observáveis).
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são compostos pelas aplicações financeiras que estão integralmente classificadas no Nível 2.

Os montantes dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo, não divergem significativamente dos seus respectivos montantes contábeis, considerando que estes foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem os ativos financeiros conforme a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	1.139	541
Bancos conta movimento exterior	227.103	79.532
Certificado de depósito bancário (CDB) e aplicações em compromissadas	1.052.310	81.022
	1.280.552	161.095

Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata e rendimentos cuja variação média é de 104,96% (31 de dezembro de 2019 – 100,97%) do certificado de depósito interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2020, o relevante aumento do saldo de certificado de depósito bancário (CDB) e aplicações em compromissadas foi decorrente da maior geração de caixa da Companhia, em relação a 31 de dezembro de 2019.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Certificado de depósito bancário (CDB)	854.273	651.823

As aplicações financeiras em CDB possuem rendimentos cuja variação média é de 104,96% (31 de dezembro de 2019 – 100,97%) do CDI. As aplicações financeiras são compostas principalmente por CDB, que são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, resgatáveis em até um ano.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2020	31/12/2019
Clientes em moeda nacional	7.196	67.099
Clientes em moeda estrangeira	591.223	219.086
Contas a receber de clientes	598.419	286.185
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 32)	283.348	109.589
	881.767	395.774

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Companhia não possuía saldos a receber de clientes vencidos.

11. ESTOQUES

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante:		
Produtos acabados	49.695	47.424
Produtos em elaboração	15.932	17.899
Matérias-primas	591	635
Suprimentos e sobressalentes	44.687	34.434
Importações em andamento	74	709
Provisão para perdas	(2.366)	(5.895)
	108.613	95.206

Ativo não circulante (i):

	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	1.627	1.642
Matérias-primas	53.260	54.464
Perda por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>) (ii)	(54.887)	(54.464)
	-	1.642
	108.613	96.848

Total de estoques

(i) A Mineração Usiminas, com base no seu plano de produção, classifica no ativo não circulante, o estoque de produtos cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

(ii) Em 31 de dezembro de 2020 foi apurado o adicional da perda por *impairment* de estoque de minério de ferro, no valor de R\$423. Este adicional deve-se ao aumento do saldo do estoque pela maior produção, frente ao seu consumo. Em 31 de dezembro de 2019 foi apurada a reversão de perda por *impairment* de estoque de minério de ferro, no valor de R\$743.

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar, registrados no ativo circulante, estão apresentados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	30.612	63.701

13. ADIANTAMENTOS CONTRATUAIS

A Companhia possui contrato vigente, assinado em julho de 2011, referente ao arrendamento dos direitos minerários circunvizinhos aos seus títulos minerários, com duração de 30 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pela Agência Nacional de Mineração (ANM); ou até a exaustão destas reservas minerárias.

A remuneração mensal pelo arrendamento equivale ao valor atribuído por tonelada de minério lavrado dos direitos minerários arrendados, sendo fixado, a partir do ano de 2015, o volume mínimo anual de 3,6 milhões de toneladas. Caso a lavra anual seja inferior ao volume anual mínimo fixado, será devido o pagamento de *Take or Pay*, pela diferença entre o volume mínimo fixado e o volume extraído. O referido contrato foi aditado no dia 19 de dezembro de 2019, quando foi inserido mecanismo de compensação de minério não lavrado. Exclusivamente para o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2024, aquele volume mínimo anual fixado não lavrado e pago de acordo com o contrato, será considerado como crédito, para compensação, entre os anos de 2025 a 2033, com o volume a ser lavrado e que superar o volume mínimo anual fixado.

Em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as cláusulas previstas no contrato de arrendamento e seus aditivos, foi reconhecido como adiantamento contratual, no ativo não circulante, o crédito a ser compensado, no valor de R\$97.267.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das suas alíquotas nominais, aplicáveis ao lucro antes da tributação, como segue:

	31/12/2020
--	------------

	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente		Reconhecido no resultado	31/12/2020	
	31/12/2019	31/12/2020		31/12/2019	31/12/2020
Passivo					
Imposto de renda e contribuição social					
Varição monetária de depósitos judiciais	(1.686)	-	(459)	(2.145)	
Leasing – adequação Lei 11.638	(88)	-	25	(63)	
Ajuste a valor presente	(22.930)	-	7.241	(15.689)	
Total passivo	(24.704)	-	6.807	(17.897)	
Total líquido	850.064	844	(230.991)	619.917	

O imposto de renda e a contribuição social diferidos de longo prazo foram submetidos a teste de *impairment* e justificados de acordo com lucros tributáveis futuros fundamentados em projeções elaboradas pela Administração da Companhia. Para a realização das projeções a Administração da Companhia utiliza informes de instituições reconhecidas do mercado da mineração e projeções macroeconômicas fornecidas por instituições públicas, dentre outras.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda		
Receita (despesa) corrente	(457.103)	(92.268)
Antecipações e compensações do período	132.403	81.214
	(324.700)	(11.054)
Contribuição social		
Receita (despesa) corrente	(172.048)	(35.514)
Antecipações e compensações do período	60.026	31.615
	(112.022)	(3.899)
Total IR e CSLL a pagar	(436.722)	(14.953)

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2019	Adições	Baixas	Correção Monetária	31/12/2020
Trabalhistas (i)	6.471	936	(1.751)	258	5.914
Tributários (ii)	35.806	28.042	-	1.293	65.141
	42.277	28.978	(1.751)	1.551	71.055

(i) Referentes a ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Mineração Usiminas, que pleiteiam verbas trabalhistas diversas, além de processos administrativos decorrentes de autuações trabalhistas.

(ii) O saldo em 31/12/2020 e 31/12/2019 referem-se ao Mandado de Segurança impetrado contra a exigência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Mineráveis (CFEM).

16. INVESTIMENTOS

(a) Movimentação dos investimentos

	31/12/2019	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial	Dividendos	Passivo atuarial	31/12/2020
Controlada em conjunto						
Modal	2.549	-	2.765	(2.932)	-	2.382
Coligadas						
Terminal Sarzedo (i)	2.139	-	8.181	(6.554)	-	3.766
Terminal Paraopeba	920	22	(17)	-	-	925
UPL	403.276	-	38.446	(20.395)	32	421.359
	408.884	22	49.375	(29.881)	32	428.432
Ágio						
Modal	4.668	-	-	-	-	4.668
Terminal Sarzedo	7.200	-	-	-	-	7.200
	11.868	-	-	-	-	11.868
	420.752	22	49.375	(29.881)	32	440.300

(i) Para apurar o investimento na coligada Terminal Sarzedo, deve-se deduzir do patrimônio líquido apresentado abaixo, os dividendos antecipados recebidos no mês de dezembro no valor de R\$400, bem como adicionar o montante de R\$1.465 referente a ajuste de avaliação patrimonial de 2019.

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia no resultado das coligadas, em 31 de dezembro de 2020:

	País de constituição	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Terminal Sarzedo	Brasil	22,22	34.331	8.989	25.342	74.204	41.283
Terminal Paraopeba	Brasil	22,22	4.153	9	4.144	(57)	(77)
UPL	Brasil	83,30	516.795	10.961	505.834	-	46.154

A Companhia utilizou o balanço de 30 de novembro de 2020 para calcular os efeitos da equivalência patrimonial das coligadas Terminal Sarzedo e Terminal Paraopeba. O capital social da coligada UPL é composto por 33,3% de ações com direito de voto e 66,7% de ações sem direito de voto. A Companhia possui 100% do capital social não votante e 49,9% do total do capital votante, não exercendo o controle sobre a UPL.

(c) Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas da empresa controlada em conjunto Modal estão demonstradas a seguir:

(i) Balanço patrimonial resumido

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Circulante	3.562	3.415
Imobilizado	2.205	2.385
Total do ativo	5.767	5.800
Passivo e Patrimônio líquido		
Circulante	1.003	703
Patrimônio líquido	4.764	5.097
Total do passivo e patrimônio líquido	5.767	5.800

(ii) Demonstração do resultado resumida

	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas e serviços	10.374	8.951
Custo das vendas	(3.696)	(3.333)
Receitas (despesas) operacionais	(3)	(87)
Receitas (despesas) financeiras	50	121
Provisão IRPJ e CSLL	(1.196)	(1.048)
Lucro líquido do exercício	5.529	4.604

17. IMOBILIZADO

	31/12/2020		31/12/2019	
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Imobilizado líquido	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação				
Edificações	13	133.370	(67.277)	66.093
Máquinas e equipamentos	17	634.643	(476.756)	157.887
Instalações	13	667.379	(397.384)	269.995
Móveis e utensílios	24	3.646	(3.055)	591
Equipamentos de informática	20	13.712	(11.223)	2.489
Veículos	23	14.491	(12.639)	1.852
Ferramentas e aparelhos	23	4.791	(3.607)	1.184
Direito de uso	25	75.564	(27.729)	47.835
Obrigações para recuperação ambiental		115.496	(13.365)	102.131
Total em operação		1.663.092	(1.013.035)	650.057
Terenos		131.796	-	131.796
Total em operação		1.794.888	(1.013.035)	781.853
Em obras				
Obras em andamento		275.409	-	275.409
Importações em andamento		5	-	5
Adiantamentos a fornecedores		13.774	-	13.774
Outros		3.900	-	3.900
Total em obras		293.088	-	293.088
		2.087.976	(1.013.035)	1.074.941

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2019		Remensuração IFRS 16		31/12/2020	
	Adições (i)	Baixas	Depreciação	Transferências	Adições (i)	Baixas
Em operação						
Edificações	58.988	-	(16.520)	23.625	66.093	-
Máquinas e equipamentos	161.791	-	(44.814)	41.205	157.887	-
Instalações	309.118	-	(46.480)	7.357	269.995	-
Terenos	375.862	784	-	(244.850)	131.796	-
Ferramentas e aparelhos	1.562	-	(494)	114	1.182	-
Obrigações para recuperação ambiental	119.905	-	(13.942)	(3.832)	102.131	-
Direito de uso	68.630	-	(21.223)	(918)	47.835	-
Outros	2.423	-	-	3.429	4.934	-
	1.098.279	784	(428)	(14.237)	(134.281)	(169.120)
Em obras						
Imobilização em obras	163.137	206.917	-	(75.984)	293.088	-
	1.261.416	207.701	(428)	(15.219)	(134.281)	(245.104)

(i) As adições do imobilizado compreendem compras à vista no valor de R\$207.701.

	31/12/2018	Adições (i)	Adoção IFRS 16	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros	31/12/2019
Em operação								
Edificações	38.926	-	-	-	(5.284)	25.346	-	58.988
Máquinas e equipamentos	189.254	-	-	(185)	(63.543)	26.564	(299)	161.791
Instalações	356.570	-	-	-	(58.494)	11.042	-	309.118
Terenos	375.862	-	-	-	-	-	-	375.862
Ferramentas e aparelhos	1.608	-	-	-	(623)	577	-	1.562
Obrigações para recuperação ambiental (ii)	113.354	8.720	-	-	(2.169)	-	-	119.905
Direito de uso	-	-	75.136	-	(6.506)	-	-	68.630
Outros	1.970	-	-	(16)	(894)	1.363	-	2.423
	1.077.544	8.720	75.136	(201)	(127.513)	64.892	(299)	1.098.279
Em obras								
Imobilizado em obras	107.753	120.712	-	-	-	(64.944)	(384)	163.137
	1.185.297	129.432	75.136	(201)	(127.513)	(62)	(683)	1.261.416

(i) As adições do imobilizado compreendem compras à vista no valor de R\$120.712. Em 31 de dezembro de 2020, a depreciação foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Outras despesas operacionais" no montante de R\$122.354, R\$965, R\$391 e R\$10.571 (31 de dezembro de 2019 - R\$98.485, R\$987, R\$411 e R\$27.630), respectivamente.

18. INTANGÍVEL

A seguir está demonstrada a movimentação do ativo intangível:

	Direitos minerários (i)	Servidão minerária	Outros (ii)	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	598.538	1.143	2.668	602.349
Adições	-	-	1.114	1.114
Amortização	(7.109)	(143)	(497)	(7.749)
Transferências	-	-	104	104
Impairment	812.576	-	-	812.576
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.404.005	1.000	3.389	1.408.394
Custo total	1.507.331	4.478	12.401	1.524.210
Amortização acumulada	(103.326)	(3.478)	(9.012)	(115.816)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	1.404.005	1.000	3.389	1.408.394

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas.

(ii) Refere-se basicamente a softwares, com taxa média de amortização de 22% a.a.

	Direitos minerários (i)	Servidão minerária	Outros (ii)	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	602.561	2.283	1.914	606.758
Adições	-	-	1.342	1.342
Amortização	(4.023)	(1.140)	(640)	(5.803)
Transferências	-	-	52	52
Saldo em 31 de dezembro de 2019	598.538	1.143	2.668	602.349
Custo total	694.755	4.478	11.183	710.416
Amortização acumulada	(96.217)	(3.335)	(8.515)	(108.067)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	598.538	1.143	2.668	602.349

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas.

(ii) Refere-se basicamente a softwares, com taxa média de amortização de 28% a.a.

Em 31 de dezembro de 2020, a amortização do intangível foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R\$7.381 e R\$368, respectivamente (31 de dezembro de 2019 - R\$5.336 e R\$467).

19. VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT) NÃO FINANCEIROS

Para o cálculo do valor recuperável de ativos não financeiros, a Mineração Usiminas utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC). As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada UGC.

Em 31 de dezembro de 2020 a Mineração Usiminas efetuou avaliação das suas unidades geradoras de caixa conforme descrito a seguir:

(a) Testes de impairment do ágio

Para as unidades geradoras de caixa que possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio), a Mineração Usiminas efetuou análise de *impairment*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram registradas perdas por *impairment* no valor de R\$3.068 relacionadas ao ágio no investimento na controlada em conjunto Modal. Em 31 de dezembro de 2020 não foram apuradas perdas por *impairment* de ágio.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 6 anos, considerando a evolução da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram consideradas as necessidades de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas considerando informações de mercado disponíveis na data do teste. A taxa real utilizada para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa foi de 8,31% a.a., que antes dos tributos equivaliam a 11,78% a.a..

(b) Testes de impairment do direito minerário

O valor recuperável dos ativos da UGC de mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro a ser obtido com o benefício e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da *commodity* e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representou uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa real utilizada foi de 8,31% a.a., que antes dos tributos equivaliam a 11,78% a.a.. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Para projeção das taxas anuais de câmbio (Real / Dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD77,00/t e USD95,00/t. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi registrada reversão por *impairment* de direitos minerários no valor de R\$812.576. O *impairment* remanescente no valor de R\$539.692, continua sendo monitorado pela Companhia e poderá ser revertido na medida em que as projeções futuras permitirem.

Adicionalmente foi registrada perda por *impairment* no valor de R\$181.600, em propriedades para investimento, correspondente ao terreno em Itaguaí. A perda foi apurada em decorrência da desvalorização do valor justo, que reflete as condições do mercado, na data do balanço, da propriedade em relação ao seu valor de custo.

(c) Teste de impairment de outros ativos de longo prazo

As premissas utilizadas no teste de recuperabilidade dos ativos de longo prazo são as mesmas premissas utilizadas no teste do direito minerário anteriormente mencionado no item (b).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi registrada a reversão de perda por *impairment* para os demais ativos de longo prazo no valor de R\$1.204. Esta reversão deve-se ao consumo do estoque de minério de ferro. O *impairment* remanescente no valor de R\$53.260 continua sendo monitorado pela Companhia e será alterado na medida em que as projeções futuras possibilitarem.

20. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
No país	180.208	108.917
No exterior	10.780	12.898
Valores a pagar a empresas ligadas (Nota 32)	19.172	45.836

	31/12/2020	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa		
Contraprestação do arrendamento	52.834	46.133
PIS/COFINS potencial (9,25%)	5.385	4.702
	58.219	50.835
31/12/2019		
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	75.146	63.399
PIS/COFINS potencial (9,25%)	7.658	6.462
	82.804	69.861

24. OBRIGAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A Companhia possui provisão para recuperação ambiental das áreas degradadas no processo de exploração mineral cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$230.002 (31 de dezembro de 2019 – R\$231.591). Os gastos com a obrigação para recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos. A Administração da Companhia contratou uma empresa especializada para a apuração destes gastos, que foram estimados, de acordo com o levantamento técnico de informações em campo, juntamente com o reconhecimento da realidade ambiental e condições das áreas atualmente degradadas. As estimativas de gastos, bem como a área afetada pela atividade de exploração mineral, são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. A movimentação da provisão para recuperação ambiental está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	231.591	203.707
Adição	-	8.720
Variação monetária	14.898	19.878
Baixa	(13.942)	(714)
Amortização	(2.545)	-
	230.002	231.591

25. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	11.125	34.184
Adições	3.193	14.368
Juros/atualizações	2.109	18.260
Amortizações/baixas	(2.759)	(32.478)
Reversões	(3.595)	(9.122)
Transferências entre circulante e não circulante	-	(14.087)
	10.073	11.125

(a) Demandas prováveis

A provisão para demandas judiciais foi constituída para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão descritas abaixo:

Descrição	Posição	31/12/2020 Saldo	31/12/2019 Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Mineração Usiminas, que pleiteiam verbas trabalhistas e processos administrativos.	Aguardando julgamento perante os órgãos competentes, em instâncias diversas.	4.693	8.432
Ação de instituição de servidão minerária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela autorizando-a a realizar as atividades necessárias para o licenciamento e exploração mineral na área	Sentença proferida (julgado procedente). Aguarda-se cumprimento da sentença, com pagamento da indenização pela instituição da servidão.	890	1.158
Autuação por alegada degradação ambiental, por assoreamento da microbacia a jusante.	Em 05/11/19 processo alterado para interposição de recurso.	1.156	1.032
Ação pleiteando a não incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre um terço de férias.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	2.792	-
Outros	-	542	503
Total		10.073	11.125

(b) Demandas possíveis

A Mineração Usiminas figura como parte em outros processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

Descrição	Posição	31/12/2020 Saldo	31/12/2019 Saldo
Autuação fiscal visando a cobrança de PIS e COFINS referentes ao aproveitamento de créditos de serviços relacionados à atividade da pessoa jurídica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	38.447	37.663
Ação judicial que discute a exclusão das despesas com frete e seguro, incorridas na fase de comercialização do produto mineral, na apuração e recolhimento da CFEM.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial	58.364	29.962
Outras ações de natureza cível.	-	12.136	12.728
Outras ações de natureza trabalhista.	-	6.690	6.014
Outras ações de natureza tributária.	-	4.019	3.923
Total		119.656	90.290

(c) Contingências ativas

ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em junho de 2019 transitaram em julgado os mandados de segurança impetrados pela Companhia que questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com estas decisões favoráveis, referentes ao período de agosto de 2010 a abril de 2017, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, em especial a Solução de Consulta Interna no. 13 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, a Companhia registrou o montante de R\$20.862 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na rubrica "Impostos a recuperar", em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" e "Resultado financeiro", nos montantes de R\$12.679 e R\$8.183, respectivamente.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia totaliza R\$1.984.219. A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Acionista	2020 e 2019	
	Quantidade	Ações Ordinárias %
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas	1.968.125.146	70,00
Serra Azul Iron Ore L.L.C.	822.395.150	29,25
Sumitomo Corporation do Brasil S.A.	21.087.055	0,75
Total	2.811.607.351	100,00

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(b) Reservas

- Valor excedente na subscrição de ações - constituída no processo de integralização em conformidade com o artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é R\$1.210.322 (31 de dezembro de 2019 - R\$1.210.322).
- Reserva legal - constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 30% do capital social, desde que acrescido do montante da reserva de capital (conforme previsto no parágrafo 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/1976). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não constitui reserva legal, uma vez que ultrapassou o limite percentual citado.
- Para investimentos e capital de giro, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.133.132 (31 de dezembro de 2019 - R\$705.818), alinhado com o previsto no Estatuto Social, tem por objetivo assegurar o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme as necessidades do seu orçamento de capital. A aplicação do excesso que ultrapassou o capital social será deliberada em assembleia (conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976).

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$3.079 (31 de dezembro de 2019 - R\$1.471).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio propostos, relativos ao resultado do exercício de 2020 e 2019, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	1.939.744	487.929
Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	1.939.744	487.929
Dividendo mínimo e juros sobre capital próprio propostos (25%), líquidos de IRRF	484.936	121.981
Dividendos propostos a serem imputados ao mínimo obrigatório	329.136	29.495
Juros sobre capital próprio pagos imputados ao dividendo mínimo obrigatório	155.800	92.486
Juros sobre capital próprio pagos - complemento (i)	1.340	796
IRRF sobre juros sobre capital próprio (ii)	26.154	15.526
Total bruto de dividendos e juros sobre capital próprio	512.430	138.303
Valor por ação (ii)	R\$0,182255	R\$0,040190

(i) Oriundo do benefício tributário (acordo Brasil-Japão) de um dos acionistas. A alíquota efetiva de IRRF no pagamento de juros sobre capital próprio de 31 de dezembro de 2020 foi de 14,3% (31 de dezembro de 2019 - 14,3%).

(ii) Calculado com base no montante bruto.

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos a pagar no início do exercício	29.495	68.228
Dividendos e juros sobre capital próprio adicionais do exercício anterior	-	68.227
Pagamento de dividendos e dos juros sobre capital próprio	(55.648)	(245.263)
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	512.430	138.303
Total dos dividendos líquidos a pagar no fim do exercício	486.277	29.495

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. A Administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2020, a distribuição de juros sobre capital próprio, a seus acionistas, no valor bruto de R\$183.294, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando o valor líquido de R\$157.141 ao valor do dividendo mínimo obrigatório, referente ao resultado do exercício de 2020.

27. RECEITA

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Vendas de produtos		
Mercado interno	908.731	695.378
Equiparada à exportação	520.352	183.242
Mercado externo	2.642.380	1.272.063
Receita bruta	4.071.463	2.150.683
Deduções da receita	(213.275)	(161.524)
Receita líquida	3.858.188	1.989.159

(a) Contratos de venda a preços provisórios
Alguns contratos comerciais celebrados pela Companhia possuem cláusula de preço futuro, expondo a receita final à volatilidade do preço do minério de ferro, principalmente. Os preços de venda dos produtos vendidos nessa condição são mensurados de forma confiável devido à existência de mercado ativo. A sensibilidade do risco da Companhia na liquidação final das suas contas a receber com preços provisórios estão apresentados a seguir:

Mil toneladas	Preço provisório (US\$/ton)	Alteração +/- 10%	31/12/2020 Efeito na receita
1.067	90,4		50.091

28. DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação e amortização	(142.030)	(133.316)
Despesas de benefícios a empregados	(137.083)	(121.905)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(296.415)	(283.127)
Custo de distribuição	(165.841)	(108.352)
Serviços de terceiros	(210.187)	(112.514)
Demandas judiciais, líquidas (adições e baixas)	(2.002)	(8.022)
Resultado na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	917	708
Resultado na venda de energia elétrica e investida	(526)	(1.338)
Reversão (perda) por valor recuperável de ativos (impairment) (i)	630.976	(3.068)
Arrendamento direito mineração	(45.904)	(21.375)
Frete sobre vendas	(767.810)	(548.910)
Provisão para perda ICMS	(44.978)	(29.277)
ICMS base de cálculo de PIS e Cofins	12.679	18.263
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.557)	(37.730)
	(1.173.761)	(1.387.287)
Custo das vendas	(1.480.012)	(1.142.610)
Despesas com vendas	(194.910)	(120.639)
Despesas gerais e administrativas	(26.718)	(24.340)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	527.879	(99.698)
	(1.173.761)	(1.387.287)

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi registrada reversão por impairment de direitos minerários no valor de R\$812.576, alocado no ativo intangível. Adicionalmente, foi registrada perda por impairment no valor de R\$181.600, em propriedades para investimento, correspondente a terreno em Itaguaí. A perda foi apurada em decorrência da desvalorização do valor justo, que reflete as condições do mercado na data do balanço, da propriedade em relação ao seu valor de custo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi registrada perda por valor recuperável de ativos (impairment), no montante de R\$3.068, referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal.

29. DESPESAS E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31/12/2020	31/12/2019
Salários e encargos	(109.710)	(99.431)
Encargos previdenciários	(15.219)	(13.167)
Participação dos empregados nos lucros	(8.640)	(6.536)
Outras	(3.514)	(2.771)
	(137.083)	(121.905)

As despesas e benefícios a empregados são registradas nas rubricas de "Custos das vendas", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Outras despesas operacionais", de acordo com a alocação do empregado.

30. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
(a) Despesas com vendas		
Despesas com pessoal	(4.752)	(4.198)
Serviços de terceiros	(2.973)	(2.170)
Depreciação e amortização	(965)	(987)
Custo de distribuição	(184.049)	(110.739)
Despesas gerais	(2.171)	(2.545)
	(194.910)	(120.639)
(b) Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(6.179)	(5.595)
Serviços de terceiros	(11.339)	(10.470)
Depreciação e amortização	(757)	(878)
Honorários da Administração	(4.327)	(4.883)
Despesas gerais	(4.116)	(2.514)
	(26.718)	(24.340)
(c) Outras receitas (despesas) operacionais		
Outras receitas operacionais		
Receita com a venda de energia elétrica	3.795	6.216
Recuperação de despesas	2.771	4.427
ICMS na base de cálculo PIS e COFINS	12.679	18.263
Outras receitas	4.847	4.190
	24.092	33.096
Outras despesas operacionais		
Ajuste por impairment	630.976	(3.068)
Despesas com equipamentos parados temporariamente	(25.698)	(57.743)
Provisão para perdas - ICMS	(44.978)	(29.277)
Custo com a venda de energia	(3.970)	(4.303)
Despesas com engenharia - projetos	(99)	(5.627)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU, IR, etc.)	(14.035)	(11.128)
Encargos judiciais	(1.325)	(1.476)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(2.002)	(8.022)
Despesas com doações, patrocínios e incentivos culturais	(18.746)	(9.460)
Outras despesas	(16.336)	(2.680)
	503.787	(132.794)
	527.879	(99.698)

	31/12/2020	31/12/2019
31. RESULTADO FINANCEIRO		
As receitas (despesas) financeiras podem ser assim resumidas:		
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	11.322	36.467
Efeitos monetários	16.652	11.001
Realização do ajuste a valor presente	10.611	796
ICMS na base de cálculo PIS e CONFINS (atualização)	8.183	13.133
Outras	5.570	4.652
	52.338	66.049
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos contingentes	(2.109)	(18.260)
Efeitos monetários	(15.843)	(20.173)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(26.899)	(20.784)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.911)	(2.953)
Resultado das operações de hedge	-	(5.863)
Outras despesas financeiras	(1.418)	(439)
	(50.180)	(68.472)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	63.926	6.277
	66.084	3.854

As diferenças cambiais (debitadas) creditadas na demonstração do resultado são decorrentes da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e clientes em moeda estrangeira.

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019	
(a) Ativo circulante	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber
Acionistas	283.348	-	109.589	-
Coligadas	-	9.130	-	11.023
Total	283.348	9.130	109.589	11.023

As contas a receber de clientes classificados como partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em condições acordadas entre as partes. As contas a receber não possuem garantias.

(b) Passivo

	31/12/2020		31/12/2019			
	Fornecedores	Dividendos	Valores a pagar	Fornecedores	Dividendos	Valores a pagar
Acionistas	507	486.277	-	467	29.495	-
Controladas em conjunto	1.065	-	-	803	-	-
Coligadas	8.062	-	80.042	2.722	-	121.838
Outras partes relacionadas (i)	9.538	-	41.844	-	-	-
Total	19.172	486.277	80.042	45.836	29.495	121.838
Circulante	19.172	486.277	-	45.836	29.495	-
Não Circulante	-	-	80.042	-	-	121.838
Total	19.172	486.277	80.042	45.836	29.495	121.838

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro;
 - Venda de minério de ferro para Usiminas e compra de serviços compartilhados;
 - Compra da Modal e Terminal Sarzedo de serviços de estocagem e carregamento de minérios;
 - Compra de serviços e materiais da Usiminas Mecânica S.A. para construção de estruturas metálicas dos projetos.
 - Compra de equipamentos, materiais e serviços da Takraf do Brasil, denominação atual da divisão de mineração da Tenova do Brasil.
- As transações com partes relacionadas são, substancialmente, contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

(e) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que engloba a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Honorários	3.529	4.318
Encargos sociais	798	754
	4.327	5.072

3.3. COMPROMISSOS

(a) Obrigações contratuais - O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais requeridos, relacionados às obrigações contratuais assumidas pela Companhia, para a data de 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2020	31/12/2019
Menos de 1 ano	225.877	212.812
De 1 a 3 anos	287.666	200.848
De 4 a 5 anos	321.103	196.433
Mais de 5 anos	887.000	767.000
Total de pagamentos mínimos requeridos	1.721.646	1.377.093

As obrigações contratuais decorrem principalmente do contrato de arrendamento de direitos minerários, aquisição de ativo imobilizado e energia elétrica.

A Companhia possui contrato de arrendamento de direitos minerários com terceiros para operação de lavra de áreas circunvizinhas às suas operações próprias. O arrendamento tem prazo de duração de 30 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2012, data em que o contrato foi autorizado pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou até a exaustão destas reservas minerárias. Os pagamentos futuros mínimos foram calculados considerando o período do contrato de arrendamento residual e as condições de preço de minério e taxa de câmbio (R\$/US\$) vigentes no final de cada período.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Mineração Usiminas S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Usiminas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Usiminas S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

(b) Garantias concedidas

Com a intervenção do Ministério Público de Minas Gerais e do Município de Itaiaiçu, foi firmado em 26 de abril de 2019 o Termo de Ajustamento de Conduta com prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses. Constitui objeto deste instrumento, a autorização para continuidade da operação da barragem denominada Samambaia Zero, até a efetiva substituição da estrutura pelo sistema de filtragem a seco de minério de ferro. Este termo estabeleceu a exigência de caução ambiental no valor de R\$49.000, sendo contratada carta de fiança, para suprir esta caução. O gasto decorrente da comissão contratada junto ao banco emissor, foi reconhecido como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há garantias financeiras concedidas pela Companhia.

3.4. COBERTURA DE SEGUROS

As apólices de seguros mantidas pela Companhia proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía seguros para prédios, mercadorias, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, tendo como valor em risco o total de R\$1.817.662 (31 de dezembro de 2019 – R\$1.368.759), uma apólice de seguro de riscos operacionais (danos materiais) com limite máximo de indenização de R\$250.000 por sinistro. Em 31 de dezembro de 2020, a franquia máxima para danos materiais era de R\$1.000, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 45 dias (tempo de espera). O término deste seguro ocorrerá em 30 de dezembro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Sergio Leite de Andrade** - Presidente
- Americo Ferreira Neto** - Conselheiro
- Haru Matsuzaki** - Conselheiro
- Miguel Angel Homes Camejo** - Conselheiro
- Nobuhiro Yoshida** - Conselheiro
- Yoshiaki Shimada** - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

- Carlos Héctor Rezzonico** - Diretor Presidente
- Marcelo Héctor Barreiro** - Diretor Financeiro

CONTADOR

Bruno Fonseca Campos - Gerente de Contabilidade - CRC-MG 086-514/O-0

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investigadas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de março de 2021



pwC
PriceWaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1